

estudos e pesquisas

Nº 57 – junho de 2011

Balanço dos Pisos Salariais negociados em 2010

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balço dos pisos salariais negociados em 2010

Em 2010, 94% de 660 pisos salariais reajustados no correr do ano foram aumentados em percentuais superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicador normalmente utilizado como parâmetro nas negociações salariais. Os dados foram levantados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), que desde 2004 analisa os resultados das negociações coletivas dos pisos salariais.

Neste estudo, serão analisados os pisos salariais registrados nos acordos ou convenções coletivas de trabalho de 660 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural, levando em conta tanto seu valor nominal quanto os reajustes aplicados sobre os valores definidos no ano anterior, 2009.

Crítérios de diferenciação dos pisos salariais

Aproximadamente 31% das unidades de negociação referentes a 2010, analisadas pelo DIEESE, definiram pisos salariais únicos em seus acordos ou convenções coletivas de trabalho. As demais negociações (69,2%) apresentaram mais de um piso por documento. Os critérios de diferenciação mais frequentes para definir os diversos pisos foram: por função (em 47,3% dos documentos analisados), tempo de serviço (20,0%) e dimensão da empresa (10,5%), como pode ser observado na Tabela 1.

A ordem dos critérios de diferenciação dos pisos tem-se mantido inalterada desde 2004, ano do primeiro balanço dos pisos salariais do DIEESE.

Em vista da diversidade de critérios de diferenciação dos pisos, muitos resultando em mais de um valor por contrato coletivo de trabalho, neste estudo serão analisados somente os valores mínimos estabelecidos para trabalhadores que desempenham a atividade-fim das empresas¹.

¹ Vide parágrafo 5 das notas metodológicas, ao fim do estudo.

TABELA 1
Distribuição das unidades de negociação por existência ou não de critérios de
diferenciação dos pisos salariais e tipos de critérios
Brasil, 2010

Crêterios	n�	%
Piso �nico	203	30,8
Pisos diferenciados⁽¹⁾	457	69,2
<i>por fun�o</i>	312	47,3
<i>por tempo de serviço</i>	132	20,0
<i>por dimensão da empresa</i>	69	10,5
<i>por vigência</i>	32	4,8
<i>por localidade</i>	23	3,5
<i>por jornada de trabalho</i>	15	2,3
<i>outros cr�terios</i>	20	3,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) A soma ultrapassa o total de registros, pois um mesmo piso salarial pode ser definido segundo mais de um cr terio

Reajustes dos pisos salariais em 2010

No ano passado, quase a totalidade dos pisos salariais analisados pelo SAS-DIEESE foram reajustados em percentuais iguais ou acima da varia o do INPC-IBGE. Como pode ser visto na Tabela 2, foram observados aumentos reais em cerca de 94% dos pisos salariais, e reajustes iguais ao  ndice inflacionário em 2%. Por conseguinte, apenas 4% dos pisos salariais considerados foram reajustados em percentuais inferiores ao INPC-IBGE acumulado desde a última data-base.

Mais da metade dos reajustes dos pisos salariais concentrou-se nas faixas de ganho entre 2% a 6% de aumento real, com especial destaque para a faixa de 3% a 4% acima do INPC-IBGE. No entanto, não pode ser desprezada a incidência de reajustes nas duas primeiras faixas de ganho real, que juntas totalizam 17% dos pisos analisados. Também há de se destacar a elevada ocorrência de reajustes com ganhos reais acima de 8%, que representam cerca de 13% do painel analisado²

² Também   importante destacar que, nesse ano, 20 pisos salariais obtiveram ganhos reais superiores a 15% sobre o INPC-IBGE. Destes, 18 são de estados onde existe a lei do piso estadual – 13 somente em Santa Catarina. Tal fato revela a influência dos pisos estaduais na negocia o dos pisos salariais das categorias, sobretudo nos de valores mais baixos.

TABELA 2
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2010

Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	619	93,8
Mais de 8% acima	87	13,2
De 7,01% a 8% acima	30	4,5
De 6,01% a 7% acima	38	5,8
De 5,01% a 6% acima	73	11,1
De 4,01% a 5% acima	88	13,3
De 3,01% a 4% acima	107	16,2
De 2,01% a 3% acima	83	12,6
De 1,01% a 2% acima	56	8,5
De 0,01% a 1% acima	57	8,6
Igual ao INPC-IBGE	16	2,4
De 0,01% a 1% abaixo	8	1,2
De 1,01% a 2% abaixo	6	0,9
De 2,01% a 3% abaixo	4	0,6
De 3,01% a 4% abaixo	1	0,2
De 4,01% a 5% abaixo	2	0,3
De 5,01% a 6% abaixo	1	0,2
Mais de 6% abaixo	3	0,5
Abaixo do INPC-IBGE	25	3,8
Total	660	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim, tomados em cada acordo e convenção coletiva - das 660 unidades de negociação analisadas - de 2009 e 2010

Na análise dos reajustes por setor econômico, todos os setores apresentaram ganhos reais em mais de 90% dos pisos salariais considerados (Tabela 3). O destaque fica para o setor rural, no qual todos os pisos analisados tiveram aumento acima da inflação. Quanto aos reajustes iguais à variação do INPC-IBGE, o setor de serviços foi o que apresentou a maior concentração – ainda assim, apenas em cerca de 5% dos pisos. Com relação aos reajustes insuficientes para recompor a inflação, a indústria e os serviços apresentaram percentuais muito próximos: 4,5% e 4,2%, respectivamente.

TABELA 3
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por
setor econômico
Brasil, 2010

Variação	Indústria		Comércio		Serviços		Rural	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	316	94,9	107	94,7	173	90,6	23	100,0
Mais de 8% acima	58	17,4	13	11,5	15	7,9	1	4,3
De 7,01% a 8% acima	14	4,2	6	5,3	10	5,2	0	0,0
De 6,01% a 7% acima	9	2,7	9	8,0	19	9,9	1	4,3
De 5,01% a 6% acima	37	11,1	12	10,6	19	9,9	5	21,7
De 4,01% a 5% acima	47	14,1	17	15,0	19	9,9	5	21,7
De 3,01% a 4% acima	58	17,4	27	23,9	17	8,9	5	21,7
De 2,01% a 3% acima	45	13,5	12	10,6	22	11,5	4	17,4
De 1,01% a 2% acima	35	10,5	8	7,1	12	6,3	1	4,3
De 0,01% a 1% acima	13	3,9	3	2,7	40	20,9	1	4,3
Igual ao INPC-IBGE	3	0,9	3	2,7	10	5,2	0	0,0
De 0,01% a 1% abaixo	4	1,2	0	0,0	4	2,1	0	0,0
De 1,01% a 2% abaixo	3	0,9	1	0,9	2	1,0	0	0,0
De 2,01% a 3% abaixo	2	0,6	1	0,9	1	0,5	0	0,0
De 3,01% a 4% abaixo	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	1	0,3	0	0,0	1	0,5	0	0,0
De 5,01% a 6% abaixo	0	0,0	1	0,9	0	0,0	0	0,0
Mais de 6% abaixo	3	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	15	4,5	3	2,7	8	4,2	0	0,0
Total	333	100,0	113	100,0	191	100,0	23	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim, tomados em cada acordo e convenção coletiva - das 660 unidades de negociação analisadas - de 2009 e 2010

Em 2010, o maior reajuste de piso salarial representou um ganho real de 34,3% acima do INPC-IBGE. O menor, uma perda real de 8,6%. Ambos os reajustes foram observados no setor industrial. Em um quarto das negociações (primeiro quartil), os reajustes conquistados resultaram na incorporação de até 2,2% de aumento real. Quando se considera a metade dos pisos analisados, houve a incorporação de ganhos de até 4%. Quando o corte de análise se dá para três quartos dos documentos, os ganhos chegam a até 5,9%, como mostra a Tabela 4, que traz ainda a desagregação destas informações por setor econômico.

TABELA 4
Estatísticas sobre os aumentos reais dos pisos salariais, por setor econômico
Brasil, 2010

Aumento Real	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Todas as negociações
Maior	34,30%	16,40%	17,40%	19,70%	34,30%
3º Quartil	5,90%	5,90%	5,95%	5,25%	5,90%
Mediano	4,00%	4,20%	3,30%	4,70%	4,00%
1º Quartil	2,40%	3,00%	0,90%	3,10%	2,20%
Menor	-8,60%	-5,80%	-5,00%	0,30%	-8,60%
Médio	5,02%	4,73%	3,70%	4,72%	4,58%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes dos pisos salariais de todas as 660 unidades de negociação analisadas neste estudo, o que inclui os 16 reajustes iguais e 26 abaixo do INPC-IBGE. Valores negativos equivalem a perdas reais.

Valores dos pisos salariais em 2010

Os valores dos pisos salariais firmados em 2010 concentram-se nas menores faixas de valores. Quase um terço dos pisos possui valor de até R\$ 550,00, e pouco mais da metade de até R\$ 600,00. Pisos superiores a R\$ 1.000,00 representam apenas 6% do painel analisado (Tabela 5).

TABELA 5
Distribuição dos pisos salariais, por faixas de valor em reais
Brasil, 2010

Valor do piso salarial	nº	%	% acumulado.
Até R\$ 550,00	207	31,4	31,4
De R\$ 550,01 até R\$ 600,00	128	19,4	50,8
De R\$ 600,01 até R\$ 650,00	103	15,6	66,4
De R\$ 650,01 até R\$ 700,00	53	8,0	74,4
De R\$ 700,01 até R\$ 750,00	40	6,1	80,5
De R\$ 750,01 até R\$ 800,00	31	4,7	85,2
De R\$ 800,01 até R\$ 850,00	23	3,5	88,6
De R\$ 850,01 até R\$ 900,00	17	2,6	91,2
De R\$ 900,01 até R\$ 950,00	14	2,1	93,3
De R\$ 950,01 até R\$ 1.000,00	5	0,8	94,1
De R\$ 1.000,01 até R\$ 1.250,00	17	2,6	96,7
De R\$ 1.250,01 até R\$ 1.500,00	11	1,7	98,3
Acima de R\$ 1.500,00	11	1,7	100,0
Total	660	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O menor valor de piso salarial registrado em 2010 foi de R\$ 510,00 – equivalente, portanto, ao salário mínimo vigente – e o maior chegou a R\$ 2.600,00. Um quarto dos pisos

salariais eram menores que R\$ 540,00; metade estava em patamar inferior a R\$ 600,00 e três quartos abaixo de R\$ 706,96. O valor médio dos pisos, em 2010, foi de R\$ 669,16³ (Tabela 6).

TABELA 6
Dados estatísticos sobre os pisos salariais
Brasil, 2010

Piso salarial	Valor em R\$
Maior⁽¹⁾	R\$ 2.600,00
3º quartil	R\$ 706,96
Mediano	R\$ 600,00
1º quartil	R\$ 540,00
Menor	R\$ 510,00
Médio	R\$ 669,16

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto que reúne os pisos únicos e, nos casos em que são definidos mais de um piso salarial, o menor valor acordado para a atividade-fim, em cada unidade de negociação

Na análise por setor econômico, o maior piso salarial foi observado no setor de serviços, seguido pela indústria, comércio e rural. Quanto aos menores pisos, todos os setores apresentaram o mesmo valor: R\$ 510,00, ou seja, o equivalente a um salário mínimo nacional (Tabela 7).

A maior amplitude na distribuição dos valores dos pisos foi observada, portanto, no setor de serviços, e a menor, no setor rural, o que pode ser explicado pelas características de cada setor⁴.

³ Em 2009, o valor médio dos pisos salariais das 660 unidades de negociação analisadas nesse estudo foi de R\$ 611,89.

⁴ O setor de serviços reúne atividades muito diversas, que vão desde as que exigem pouca qualificação profissional até aquelas onde são requeridos trabalhadores altamente especializados, como os médicos. O setor rural, pelo contrário, reúne atividades mais semelhantes e com baixos patamares de rendimento.

TABELA 7
Dados estatísticos sobre os pisos salariais, por setor econômico
Brasil, 2010

Piso salarial	Indústria	Comércio	Serviços	Rural
Maior⁽¹⁾	R\$ 1.546,00	R\$ 1.192,87	R\$ 2.600,00	R\$ 900,08
3º quartil	R\$ 730,00	R\$ 647,00	R\$ 720,07	R\$ 587,75
Mediano	R\$ 611,60	R\$ 565,00	R\$ 600,00	R\$ 560,00
1º quartil	R\$ 550,00	R\$ 528,60	R\$ 539,68	R\$ 548,50
Menor	R\$ 510,00	R\$ 510,00	R\$ 510,00	R\$ 510,00
Médio	R\$ 666,53	R\$ 610,66	R\$ 719,38	R\$ 577,53

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto que reúne os pisos únicos e, nos casos em que são definidos mais de um piso salarial, o menor valor acordado para a atividade-fim, em cada unidade de negociação

A Tabela 8 traz a relação dos maiores e menores pisos salariais e os pisos salariais médios das principais categorias profissionais em cada setor. Na indústria, os maiores pisos foram observados nos acordos dos metalúrgicos, urbanitários, construção e mobiliário e trabalhadores em indústrias extrativas – todos com valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00. No comércio, pisos superiores a R\$ 1.000,00 foram localizados em acordos dos trabalhadores propagandistas e vendedores de produtos farmacêuticos e no comércio de minérios e derivados de petróleo. Em serviços, pisos superiores a esse patamar foram observados nos acordos dos trabalhadores em serviços de saúde, comunicações, transportes, vigilância, bancários e securitários. O maior piso observado em negociações de trabalhadores rurais foi de R\$ 900,08.

As maiores diferenças entre pisos salariais dentro de um mesmo segmento foram constatadas nos acordos dos serviços de saúde, comunicações e metalúrgicos. As menores diferenças foram observadas entre os acordos dos trabalhadores na indústria do vestuário, na educação, comércio atacadista e varejista, agentes autônomos no comércio e turismo hospitalidade⁵.

⁵ Nesses segmentos são observadas, também, as menores médias, o que revela a existência de uma “nivelção por baixo” dos pisos salariais.

TABELA 8
Maior e menor piso salarial e piso salarial médio, por setor e atividade econômica
Brasil, 2010

Setor / Atividade Econômica	Maior⁽¹⁾	Menor	Médio	Maior/Menor	Nº de pisos
INDÚSTRIA	R\$ 1.546,00	R\$ 510,00	R\$ 666,53	3,03	333
Alimentação	R\$ 980,00	R\$ 510,00	R\$ 673,55	1,92	60
Construção e Mobiliário	R\$ 1.069,20	R\$ 510,00	R\$ 636,62	2,10	71
Extrativista	R\$ 1.000,00	R\$ 510,00	R\$ 657,90	1,96	8
Gráfica	R\$ 912,00	R\$ 510,00	R\$ 648,77	1,79	13
Metalúrgica	R\$ 1.546,00	R\$ 510,00	R\$ 757,92	3,03	69
Papel, Papelão e Cortiça	R\$ 878,72	R\$ 510,00	R\$ 672,27	1,72	8
Química e Farmacêutica	R\$ 921,80	R\$ 527,00	R\$ 653,50	1,75	26
Fiação e Tecelagem	R\$ 780,00	R\$ 510,00	R\$ 571,08	1,53	18
Urbana	R\$ 1.257,83	R\$ 510,00	R\$ 797,15	2,47	16
Vestuário	R\$ 616,00	R\$ 510,00	R\$ 549,09	1,21	36
COMÉRCIO	R\$ 1.192,87	R\$ 510,00	R\$ 610,66	2,34	113
Varejista e Atacadista	R\$ 722,00	R\$ 510,00	R\$ 573,56	1,42	91
Minérios e Deriv. de Petróleo	R\$ 1.192,87	R\$ 510,00	R\$ 730,22	2,34	17
Propag. e Vend. Prod. Farmac.	R\$ 1.124,00	R\$ 578,00	R\$ 879,50	1,94	5
SERVIÇOS	R\$ 2.600,00	R\$ 510,00	R\$ 719,38	5,10	191
Agentes Autôn. Comércio	R\$ 749,00	R\$ 522,00	R\$ 613,38	1,43	8
Bancos e Seguros Privados	R\$ 1.140,13	R\$ 560,00	R\$ 878,71	2,04	9
Comunicações	R\$ 2.196,38	R\$ 510,00	R\$ 876,75	4,31	31
Educação	R\$ 708,02	R\$ 510,00	R\$ 598,43	1,39	10
Processamento de Dados	R\$ 820,00	R\$ 540,00	R\$ 669,03	1,52	7
Segurança e Vigilância	R\$ 1.259,61	R\$ 516,55	R\$ 688,94	2,44	17
Serviços de Saúde	R\$ 2.600,00	R\$ 515,00	R\$ 911,68	5,05	19
Transportes	R\$ 1.396,18	R\$ 515,00	R\$ 733,38	2,71	33
Turismo e Hospitalidade	R\$ 755,00	R\$ 510,00	R\$ 560,91	1,48	51
RURAL	R\$ 900,08	R\$ 510,00	R\$ 577,53	1,76	23
TOTAL	R\$ 2.600,00	R\$ 510,00	R\$ 669,16	5,10	660

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota 1) Valor mais elevado do conjunto que reúne os pisos únicos e, nos casos em que são definidos mais de um piso salarial, o menor valor acordado para a atividade-fim, em cada unidade de negociação

Obs.: (a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociações registradas no painel

(b) Nos totais por setor e total geral da tabela são considerados todos os pisos salariais correspondentes, o que inclui os pisos das atividades econômicas não apresentadas na tabela

Pisos salariais segundo as regiões geográficas

Quando comparados segundo a região geográfica, os maiores pisos salariais pertencem aos acordos assinados nas regiões Sudeste e Nordeste – R\$ 2.600,00 e R\$ 2.381,82, respectivamente. Por conta disso, nessas duas regiões também se verifica a maior amplitude entre os pisos. Na região Sudeste, por exemplo, o maior piso equivale a cinco vezes o valor do menor, e no Nordeste, chega a quase cinco vezes. Já na região Norte, o maior piso salarial equivale a apenas duas vezes o menor.

O piso salarial médio nas regiões variou entre R\$ 601,43 (região Norte) e R\$ 701,78 (região Sudeste); e o piso mínimo foi de R\$ 510,00 em todas as regiões. Os pisos de acordos de abrangência nacional ou multirregional – apenas 4 – apresentaram o valor médio de R\$ 1.059,30 e mínimo de R\$ 774,83 (Tabela 9).

TABELA 9
Maior e menor piso salarial e piso salarial médio, por região geográfica
Brasil, 2010

Região Geográfica	Maior ⁽¹⁾	Menor	Médio	Maior/Menor	Nº de pisos
Norte	R\$ 1.021,00	R\$ 510,00	R\$ 601,43	2,00	43
Nordeste	R\$ 2.381,82	R\$ 510,00	R\$ 603,85	4,67	115
Centro-Oeste	R\$ 1.500,00	R\$ 510,00	R\$ 648,42	2,94	41
Sudeste	R\$ 2.600,00	R\$ 510,00	R\$ 701,78	5,10	275
Sul	R\$ 1.947,00	R\$ 510,00	R\$ 673,22	3,82	182
Nacional⁽²⁾	R\$ 1.322,24	R\$ 774,83	R\$ 1.059,30	1,71	4

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas: 1) Valor mais elevado do conjunto que reúne os pisos únicos e, nos casos em que são definidos mais de um piso salarial, o menor valor acordado para a atividade-fim, em cada unidade de negociação

2) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas com abrangência nacional ou inter-regional

Pisos salariais e formação escolar

Um aspecto importante para a diferenciação dos pisos salariais refere-se à exigência ou não de formação universitária para o desempenho das funções previstas para o cargo.

Dentre os 660 pisos salariais analisados, 639 referiam-se a funções sem exigência de nível universitário e 21 a funções que o exigiam. A Tabela 10 apresenta alguns dados estatísticos sobre os pisos salariais negociados nos dois grupos e as diferenças entre eles. A menor diferença foi observada entre os menores pisos dos dois grupos – a razão entre os dois foi de 1,09 vezes –; e a maior, entre os pisos do terceiro quartil – razão de 2,43 vezes.

O maior piso salarial do conjunto das funções com nível universitário foi de R\$ 2.600,00. Para as demais funções, R\$ 1.546,00.

TABELA 10
Pisos salariais acordados para funções com e sem exigência de nível universitário
Brasil, 2010

PISO SALARIAL	Nível universitário (A)	Nível não universitário (B)	Razão A/B
Maior⁽¹⁾	R\$ 2.600,00	R\$ 1.546,00	1,68
3º quartil	R\$ 1.681,69	R\$ 691,29	2,43
Mediano	R\$ 1.332,06	R\$ 600,00	2,22
1º quartil	R\$ 703,88	R\$ 537,75	1,31
Menor	R\$ 558,12	R\$ 510,00	1,09
Médio	R\$ 1.356,08	R\$ 646,58	2,10

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto que reúne os pisos únicos e, nos casos em que são definidos mais de um piso salarial, o menor valor acordado para a atividade-fim, em cada unidade de negociação

Obs.: No painel analisado, 639 pisos salariais se referiam a funções sem exigência de nível universitário e 21 a funções que o exigiam

Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário

Em 2010, o Salário Mínimo Necessário⁶ calculado pelo DIEESE variou entre R\$ 1.987,26 (referente ao mês de janeiro) e R\$ 2.257,52 (referente a março), com valor médio no ano de R\$ 2.110,26. No painel analisado, apenas três pisos superam este valor.

TABELA 11
Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário
Brasil, 2010

Mês	Salário Mínimo	Salário Mínimo Necessário	
		Em R\$	Em SM
Janeiro	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26	3,90
Fevereiro	R\$ 510,00	R\$ 2.003,30	3,93
Março	R\$ 510,00	R\$ 2.159,65	4,23
Abril	R\$ 510,00	R\$ 2.257,52	4,43
Mai	R\$ 510,00	R\$ 2.157,88	4,23
Junho	R\$ 510,00	R\$ 2.092,36	4,10
Julho	R\$ 510,00	R\$ 2.011,03	3,94
Agosto	R\$ 510,00	R\$ 2.023,89	3,97
Setembro	R\$ 510,00	R\$ 2.047,58	4,01
Outubro	R\$ 510,00	R\$ 2.132,09	4,18
Novembro	R\$ 510,00	R\$ 2.222,99	4,36
Dezembro	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53	4,37
Média anual	R\$ 510,00	R\$ 2.110,26	4,14

Fonte: DIEESE

⁶ O Salário Mínimo Necessário é o valor estimado mensalmente pelo DIEESE, com base no custo da cesta básica de alimentos e das demais despesas do orçamento de uma família composta por dois adultos e duas crianças, para cobrir as despesas previstas na Constituição Federal (art. 7º, inciso IV).

Considerações finais

O balanço dos pisos salariais de 2010 revela um quadro que permite a construção de análises muito distintas, a depender do enfoque escolhido.

Por um lado, quando a análise se refere aos reajustes obtidos pelos pisos, o cenário é positivo. Foram observados reajustes com incorporação de aumentos reais em cerca 94% dos pisos considerados, e reajustes em valores equivalentes à inflação passada em aproximadamente 2% do painel – o que totaliza 96% das negociações sem perdas reais nos valores dos pisos.

O cenário é ainda melhor se considerada a magnitude dos aumentos reais. Em 2010, a maior parte dos reajustes (53%) incorporou aos pisos ganhos reais de 2% a 6% acima do INPC-IBGE. Dentre estes, destacam-se os ganhos reais localizados na faixa de 3% a 4% acima do índice – 16% de todos os pisos analisados. Também há de se considerar a quantidade de pisos com aumentos reais superiores a 8%, representando 13% dos reajustes dos pisos salariais no ano.

Este bom desempenho da evolução dos pisos está vinculado, diretamente, ao comportamento da economia brasileira em 2010. Além do crescimento do PIB em 7,5%, a massa salarial continuou expandindo significativamente, impulsionada principalmente pelo aumento do salário mínimo – da ordem de 9,69%, representando um ganho de 6,02% acima do INPC-IBGE acumulado desde o último reajuste – e pelo excepcional crescimento do emprego formal. A este respeito, vale notar que em 2010 o emprego formal apresentou um saldo líquido de 2,8 milhões, o melhor resultado da série histórica da Relação Anual de Informações Sociais (Rais); e a taxa de desemprego total nas regiões metropolitanas, por sua vez, diminuiu de 12,6% da População Economicamente Ativa, em janeiro, para 10,1% em dezembro, significando um decréscimo absoluto de 2,5 pontos percentuais⁷. Além disso, em 2010, as negociações coletivas foram as melhores dos últimos anos, segundo o Balanço das Negociações⁸, sendo que 97% das categorias de trabalhadores conquistaram aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE.

Além da expansão do consumo das famílias em 7% (impulsionado pelo emprego, pelo crédito e aumento do salário mínimo), outro vetor de crescimento do PIB em 2010 foi o investimento. Uma parte dos investimentos feitos ao longo do ano deveria ter iniciado antes, mas os projetos foram engavetados com o advento da crise do último trimestre de 2008. No entanto, como o Brasil conseguiu emergir rapidamente da crise, os investimentos que já

⁷ Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

⁸ DIEESE. **Balanço das negociações do reajustes salariais em 2010**. São Paulo, SP: DIEESE, mar. 2011. 19 p. (Estudos e Pesquisas, 55). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq55balNeg2010.pdf>

estavam planejados foram rapidamente viabilizados, permitindo uma elevação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) de 21,8% no ano passado.

No entanto, quando analisados segundo o seu valor nominal, nota-se um quadro menos positivo. Cerca de um terço dos pisos tinham valor menor ou igual a R\$ 550,00 e metade não ultrapassava o valor de R\$ 600,00. Se comparados com o valor médio do Salário Mínimo Necessário do DIEESE em 2010, apenas três pisos salariais tinham valor maior.

Se, por um lado, observa-se um quadro positivo de valorização dos pisos salariais via aumentos reais, por outro é notável como ainda são baixos os salários de entrada de boa parte dos trabalhadores brasileiros. Considerando-se que a luta pela redistribuição da renda e justiça social passa pela elevação dos patamares mínimos salariais, continua a ser um desafio dos trabalhadores e de suas entidades representativas manter a luta por melhores salários, em especial dos pisos salariais e do próprio salário mínimo.

Anexos

No presente estudo foram analisados 660 pisos salariais registrados em contratos coletivos de diversas categorias profissionais brasileiras. Quase 90% dos pisos salariais foram coletados de convenções coletivas de trabalho, e pouco mais de 10% em acordos coletivos (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos pisos salariais analisados, por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2010

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	74	11,2
Convenção Coletiva	586	88,8
TOTAL	660	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Acordo coletivo é o nome dado ao contrato coletivo de trabalho assinado por entidades sindicais dos trabalhadores e empresas. Convenção coletiva é o nome dado ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

Pouco mais de um quarto dos pisos salariais analisados referiam-se a negociações com data-base em maio. As datas-base janeiro, março, setembro e novembro também registraram um percentual significativo de pisos salariais, todas em torno de 10% (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos pisos salariais analisados, por data-base
Brasil, 2010

Data-base	nº	%
Janeiro	71	10,8
Fevereiro	21	3,2
Março	73	11,1
Abril	49	7,4
Maio	167	25,3
Junho	48	7,3
Julho	27	4,1
Agosto	22	3,3
Setembro	61	9,2
Outubro	41	6,2
Novembro	69	10,5
Dezembro	11	1,7
TOTAL	660	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Pouco mais da metade dos pisos analisados pertencem a negociações do setor industrial, 29% aos serviços, 17% ao comércio e quase 4% ao setor rural. As atividades econômicas com maior número de pisos analisados foram: na indústria – construção e mobiliário, metalurgia e alimentos; nos serviços – turismo e hospitalidade, transportes e comunicações; e no comércio – comércio varejista e atacadista (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos pisos salariais analisados, por setor e atividade econômica
Brasil, 2010

Setor / Atividade Econômica	Nº	%
INDÚSTRIA	333	50,5
Alimentação	60	9,1
Artefatos de Borracha	3	0,5
Artefatos de Couro	1	0,2
Construção e Mobiliário	71	10,8
Extrativista	8	1,2
Gráfica	13	2,0
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,2
Joalheria	1	0,2
Metalúrgica	69	10,5
Papel, Papelão e Cortiça	8	1,2
Química e Farmacêutica	26	3,9
Fiação e Tecelagem	18	2,7
Urbana	16	2,4
Vestuário	36	5,5
Vidros	2	0,3
COMÉRCIO	113	17,1
Varejista e Atacadista	91	13,8
Minérios e Deriv. de Petróleo	17	2,6
Propag. e Vend. Prod. Farmacêuticos	5	0,8
SERVIÇOS	191	28,9
Agentes Autônomos no Comércio	8	1,2
Bancos e Seguros Privados	9	1,4
Comunicações	31	4,7
Cultura Física	1	0,2
Difusão Cultural	4	0,6
Educação	10	1,5
Processamento de Dados	7	1,1
Profissionais Liberais	1	0,2
Segurança e Vigilância	17	2,6
Serviços de Saúde	19	2,9
Transportes	33	5,0
Turismo e Hospitalidade	51	7,7
RURAL	23	3,5
TOTAL	660	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Em termos regionais, a maior participação é a da região sudeste, com cerca de 42% dos pisos analisados. Os estados com maior número de registros de pisos salariais foram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná (Tabela 4).

TABELA 4
Distribuição dos pisos salariais analisados, por região geográfica e unidade da federação
Brasil, 2010

Região / Unidade da Federação	Nº	%
Norte	43	6,5
Amazonas	16	2,4
Pará	20	3,0
Rondônia	6	0,9
Roraima	1	0,2
Nordeste	115	17,4
Alagoas	1	0,2
Bahia	41	6,2
Ceará	21	3,2
Paraíba	8	1,2
Pernambuco	20	3,0
Piauí	4	0,6
Rio Grande do Norte	13	2,0
Sergipe	7	1,1
Centro-Oeste	41	6,2
Distrito Federal	12	1,8
Goiás	19	2,9
Mato Grosso	3	0,5
Mato Grosso do Sul	7	1,1
Sudeste	275	41,7
Espírito Santo	8	1,2
Minas Gerais	69	10,5
Rio de Janeiro	57	8,6
São Paulo	141	21,4
Sul	182	27,6
Paraná	66	10,0
Rio Grande do Sul	72	10,9
Santa Catarina	44	6,7
Nacional⁽¹⁾	4	0,6
TOTAL	660	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
 Nota: 1) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas com abrangência nacional ou inter-regional

Notas Metodológicas

1. As informações analisadas neste estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários. Os documentos foram remetidos a este Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas estudadas e pelos escritórios regionais e subseções do próprio DIEESE.
2. Cada registro do painel corresponde a uma única unidade de negociação. Por unidade de negociação considera-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários e que resulta em um documento formalizado entre as partes.
3. Nos estudos realizados entre 2004 e 2008 foram considerados os pisos salariais referentes a um conjunto de unidades de negociação que ano-a-ano formava um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações dos pisos salariais de negociações pertencentes a um painel fixo, tendo por base as unidades de negociação analisadas em 2008. No momento, este painel conta com 847 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural.
4. As diferenças nos números de negociações analisadas nos últimos três anos decorrem principalmente da ausência de informação sobre o resultado de algumas negociações pertencentes ao painel fixo de categorias quando da elaboração do estudo. Também decorre do fato de que algumas categorias não definem pisos salariais em seus acordos e convenções coletivas.
5. Na maioria das unidades de negociação que compõem o painel analisado foram fixados dois ou mais valores para os pisos salariais. Nestes casos, foram considerados para a análise somente o menor valor estabelecido para trabalhadores que desempenham a atividade-fim da empresa ou atividade econômica. Excluem-se da análise, portanto, os valores fixados para as atividades-meio, como os demais valores fixados para a atividade-fim.
6. Para a conversão do valor do piso salarial em múltiplos de salário mínimo considerou-se o valor do salário mínimo vigente na data-base da categoria.
7. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística. Assim, os valores aqui indicados têm valor indicativo e buscam captar tendências das negociações dos pisos salariais no país.
8. O foco único das análises aqui desenvolvidas é a negociação para definição de pisos salariais. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável.
9. Foram excluídos dessa análise os contratos assinados por entidades representativas de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das

negociações relacionadas a essas categorias, que contrastam com as características das negociações desenvolvidas nos demais setores econômicos.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Tadeu Moraes de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Mahatma Ramos do Santos

Paulo Alexandre de Moraes

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Joana Biava

José Álvaro Cardoso

José Silvestre Prado de Oliveira

Paulo Jager